

RELATOS DE INTOLERÂNCIA E RITOS DE VIOLÊNCIA: a presença dos conflitos entre protestantes e católicos na imprensa de Alagoas e Pernambuco (1873-1910)

César Leandro Santos Gomes*

RESUMO: O artigo tem como objetivo apresentar as reflexões preliminares de uma pesquisa que tem a finalidade de analisar os conflitos entre protestantes e católicos nos jornais de Alagoas e Pernambuco, entre os anos de 1873 a 1910. Na conjuntura em questão, a imprensa brasileira se consolidou como veículo de circulação de ideias, constituindo-se uma ferramenta importante para a observação de embates nos âmbitos políticos, sociais e religiosos. Logo, pretende-se observar nos relatos dos jornais da época a forma como são representadas as tensões entre estes dois grupos religiosos. As considerações de Natalie Zemon Davis acerca dos ritos de violência e de Pierre Bourdieu a respeito da violência simbólica, contribuíram para compreender os casos de intolerância narrados nos jornais como uma prática organizada e sistemática, resultado do conflito entre diferentes visões de mundos.

PALAVRAS-CHAVES: História das religiões, conflitos religiosos, jornais.

Reports of intolerance and rites of violence: The presence of conflicts between the protestants and the catholics in the press of the states of Alagoas and Pernambuco (1873-1910)

ABSTRACT: This paper presents the preliminary thoughts for a study that aims to examine the conflicts between the protestants and the catholics in the newspapers from the states of Alagoas and Pernambuco in the period from 1873 to 1910. In the context, the press in Brazil was consolidated as the vehicle for circulation of ideas, thus becoming an important tool for the observation of the shocks in the fields of political, social, and religious backgrounds. Therefore, it is intended to notice in the newspapers reports, the way in which they were represented in the tensions between the two religious groups. The considerations of Natalie Zemon Davis on the rites of violence and that of Pierre Bourdieu about symbolic violence contributed to the understanding of the cases of the intolerances described in the newspapers, such as the acts organized and systematic, as a result of the conflict between different worldviews.

KEYWORD: History of religions, religious conflicts, newspapers.

Relatos de intolerancia y ritos de violencia: La presencia de los enfrentamientos entre protestantes y católicos en la prensa, Alagoas y Pernambuco (1873-1910)

RESUMEN: El presente artículo tiene como objetivo presentar las reflexiones preliminares de una investigación que tiene como objetivo el análisis de los conflictos entre los protestantes y a los católicos en la prensa del estado de Alagoas y Pernambuco, en los años de 1873 y la de 1910. En el marco de la cuestión a los medios de comunicación de Brasil se ha consolidado como un vehículo para la circulación de las ideas, lo que constituye una herramienta importante a la hora de la observación de los impactos en los ámbitos políticos, sociales y religiosos. Luego, se ha de observar en los relatos de los periódicos de la época, y la forma en que se representan las tensiones que se producen entre los grupos religiosos. Luego, se ha de observar en los relatos de los periódicos de la época, y la forma en que se representan las tensiones que se producen entre los grupos religiosos. Las consideraciones acerca de Natalie Zemon Davis, con respecto a los ritos de la violencia y de Pierre Bourdieu acerca de la violencia simbólica, han contribuido a entender en los casos de intolerancia, que se describen en la prensa como en la práctica, organizada y sistemática de los resultados de los conflictos entre las diferentes visiones del mundo.

PALABRAS CLAVE: Historia de la religión, los conflictos religiosos, la prensa.

*Mestre em História pela Universidade Federal de Alagoas. Atualmente, é pesquisador colaborador do Laboratório Interdisciplinar de Estudos da Religião na mesma Universidade, Contato: Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Artes, Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro do Martins, CEP:57072-900, Maceió – AL, Brasil.. E-mail: cesarl.gomes@hotmail.com. ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-0390-9303>.

Jacques Le Goff indica em seu livro *História e Memória*, que ao se esbarrar em questões relacionadas aos silêncios documentais o historiador, como profissional responsável pela recuperação do passado, precisa questionar as fontes a respeito das lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços em branco da história. Ainda, segundo o autor, deve-se elaborar o inventário dos arquivos do silêncio e “fazer a história a partir das ausências de documentos”¹. Em outras palavras, o papel dos profissionais de história é questionar as fontes a partir do que elas não dizem, sobre as brechas documentais e as produções historiográficas. A história alagoana pode ser inserida nesta perspectiva de silêncios e lacunas que ainda não foram preenchidas. Entre as ausências pode-se destacar os estudos relacionados ao campo religioso, em específico sobre o protestantismo.

A origem dos estudos das religiões em Alagoas está articulada à história eclesiástica local. Considera-se que os primeiros trabalhos intelectuais elaborados sobre a temática tinham como principal objeto a Igreja Católica, através da análise das memórias de personalidades eclesiásticas, da história descritiva de seus bens arquitetônicos e de suas festas etc². Tal destaque privilegiou o desenvolvimento de produções com a finalidade de enaltecer o catolicismo em terras alagoanas, sem necessariamente elaborar uma crítica a respeito das práticas culturais e relações de poder estabelecidas entre a Instituição Religiosa e determinados grupos sociais.

O sentido da predominância do catolicismo nas pesquisas acadêmicas pode ser explicado a partir de duas perspectivas: (a) a facilidade de acesso as fontes e documentos eclesiásticos e, (b) o esforço de indivíduos ligados à Igreja Católica para criar uma memória apologética da Instituição eclesiástica. Nos últimos doze anos os estudos das religiões em Alagoas passaram por notáveis transformações, com o surgimento de novos trabalhos preocupados em romper com as narrativas apologéticas e tecer abordagens críticas das relações entre religião, política e sociedade. O que possibilitou a ampliação dos debates para outros objetos até então pouco explorados, entre eles: as expressões de religiosidades populares e as manifestações espíritas e mediúnicas. Contudo, apesar desses avanços, a área de estudo sobre o protestantismo em Alagoas continua marcada por certos silêncios historiográficos.

Durante a realização de um mapeamento preliminar, foram encontradas poucas menções ou produções relacionadas ao tema, como é o caso das obras: *Conquistando Alagoas para Cristo: breve história dos Batistas de Alagoas* de Evilásio Prado³; *A causa batista em Alagoas*, de John Mein⁴; os dois volumes de *História dos Batistas no Brasil*⁵ e dos *Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo (1863-1903)*⁶, produções desenvolvidas pelas denominações

protestantes com o intuito de registrar a memória das suas atividades religiosas no território brasileiro. No âmbito acadêmico observa-se referências ao protestantismo nos trabalhos de autores locais, como Álvaro de Queiroz em *Notas sobre a História da Igreja nas Alagoas*⁷ e nos trabalhos: *O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e de história social* de Émile-Guillaume Léonard⁸ e *O celeste porvir: a inserção do Protestantismo no Brasil*, de Antônio Gouvêa de Mendonça⁹, que indicam as possibilidades para a realização de estudos a respeito do protestantismo à nível nacional e regional, como é o caso de Alagoas.

A proposta do texto a seguir surgiu durante a elaboração da minha dissertação de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (PPGH/UFAL)¹⁰. A pesquisa teve o objetivo de analisar as práticas institucionais e pastorais do primeiro bispo de Alagoas, Dom Antônio Brandão (1901 e 1910). Destacando as suas relações de poder e o seu alinhamento com o projeto de reorganização do catolicismo brasileiro durante a primeira metade do século XX. Em um dado momento do processo de escrita, ao se refletir sobre a composição do campo religioso¹¹ alagoano, espaço marcado pela pluralidade de crenças e tensões, observou-se a ausência de trabalhos que contemplassem a atuação do protestantismo no estado.

A partir dessas “lacunas” e por meio de uma consulta aos jornais publicados entre a segunda metade do século XIX e começo do XX, disponíveis no acervo da *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*, foi possível mapear, mesmo de forma inicial, a existência de grupos protestantes e as atividades de missionários estrangeiros. Além das fontes impressas, o texto procura traçar um diálogo com diferentes tipos de fontes, como por exemplo: os códigos criminais de 1830 e 1890, as Constituições de 1824 e 1891 e as leis promulgadas 1808 a 1890. Entende-se que o processo de flexibilidade legislativa do período Imperial ajudou na consolidação do protestantismo no Brasil e, por isso, constituem um material pertinente para identificar as efervescências entorno políticas e a circulação das pautas de interesses dos grupos protestantes na esfera pública.

A verificação comparativa com os órgãos de imprensa pernambucanos tornou-se necessário ao perceber-se que mesmo com a emancipação de Alagoas, em 1817, em determinados aspectos políticos, sociais e religiosos, as duas regiões continuaram imbricadas. Os ecos das tensões ocorridas na região pernambucana, como: a Confederação do Equador (1824), a Guerra dos Cabanos (1832-1835), a Revolta Praieira (1848-1849) e a Questão Religiosa (1872-1875), tiveram impactos na região alagoana. Para a proposta em questão se levará em consideração dois aspectos: (1) a possibilidade da existência de um fluxo dos

missionários protestantes entre as duas regiões e (2) e a dependência burocrática e espiritual das extensões congregacionais alagoanas às sedes em Pernambuco.

O uso dos jornais como fonte de análise dos processos históricos articula-se ao seu poder de circulação das informações. Entende-se a imprensa como um instrumento ligado ao jogo político, a vida cotidiana, um instrumento difusor das ideias das classes dominantes e intervenção social¹². A sua utilização articula-se a verificação das representações culturais e configurações de poder produzidas numa dada sociedade. As páginas dos periódicos constituem um espaço privilegiado para observação de conflitos políticos, ideológicos e religiosos, fornecendo ricos detalhes das tensões que permeiam a sociedade, os atores envolvidos, as visões de mundo propagadas e a observação dos costumes coletivos e das tradições responsáveis pela perpetuação das estruturas da vida cotidiana¹³.

O auxílio da Análise de Conteúdo, definida por Laurence Bardin como “o conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”¹⁴, possibilitou a separação temática dos relatos extraídos dos periódicos, facilitando a observação crítica da documentação. Dentro desse panorama será necessário compreender a História como o processo de transformação social e cultural ao longo do tempo¹⁵. Dessa maneira, os aspectos culturais da sociedade abarcariam uma variedade de sistemas de símbolos, padrões de comportamentos, discursos, pensamentos e signos, produzidos e mudados dialeticamente a partir das relações humanas¹⁶. Esta estrutura de significações passa a reger outras esferas da vida humana, como por exemplo, o campo religioso.

O texto encontra-se dividido em duas partes: a princípio se apresentará o contexto da inserção do protestantismo no Brasil, incluindo indícios da presença de grupos protestantes em Pernambuco e Alagoas, afim de compreender a conjuntura social e político do país e o processo histórico que possibilitou a atuação dos missionários protestantes. Em seguida, analisar-se-á alguns relatos de conflitos entre protestantes e católicos presentes nos jornais, a partir de duas perspectivas: De início, como “crimes de intolerância”, designação utilizada pelos órgãos de imprensa para definir os embates entre categorias sociais com diferentes perspectivas de mundo; e, em seguida, observará as polêmicas religiosas.

A identificação desses elementos na imprensa permite um diálogo com as noções de Natalie Zemon Davis sobre os “ritos de violência” e “motins religiosos”, entendidos como: “qualquer ação violenta, com armas ou palavras, feitas contra alvos religiosos por pessoas que não agiam, formal e oficialmente, como agentes de autoridades políticas ou eclesiásticas”¹⁷,

caracterizando, dessa forma, os atos de intolerância religiosa narrados nas fontes como práticas organizadas. A violência simbólica, conceito tomado a partir de Pierre Bourdieu, será entendida como um ato, ação ou discurso que têm por objetivo impor a legitimidade de processos de submissão e dominação de uma categoria social em relação a outra¹⁸. A partir desses pressupostos espera-se estabelecer hipóteses capazes de fornecer explicações para as tensões entre o catolicismo e o protestantismo no cenário brasileiro.

Uma religião (não) tolerada: a inserção do protestantismo no Brasil, em Pernambuco e Alagoas

As produções historiográficas sobre o protestantismo apontam a ocorrência de duas tentativas de inserção das Religiões Reformadas no território brasileiro em momentos distintos. De início, no período colonial, durante os episódios das invasões francesas, do século XVI, e da ocupação holandesa na capitania de Pernambuco, no século XVII¹⁹, marcando, dessa forma, a vinda de fiéis huguenotes e calvinistas ao Brasil. Tais experiências foram curtas e apesar dos esforços não conseguiram se estabelecer, sendo suprimidas pelo Reino de Portugal. Anos mais tarde, com a vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil, em virtude das guerras napoleônicas, ocorre a promulgação do decreto de *Abertura dos Portos às Nações Amigas*, assinado pelo então príncipe regente Dom João VI, em 28 de janeiro de 1808²⁰. Permitindo que a nova sede da corte portuguesa estabelecesse trocas comerciais e acordos diplomáticos com outros países, entre eles os ingleses adeptos do anglicanismo, religião institucionalizada pelo rei Henrique VIII, da Inglaterra, no século XVI²¹.

Nos anos seguintes marcam a publicação dos tratados de *Livre Comércio e Navegação* e o de *Aliança e Amizade*, ambos de 1810, que confeririam uma maior flexibilidade aos ingleses que viviam no Brasil e possibilitou o surgimento das primeiras organizações de culto anglicano, ainda que restritos ao espaço privado. A declaração da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, fortaleceu as relações entre Brasil e Inglaterra por meio da Constituição de 1824, que reafirmou o catolicismo como a religião oficial do Estado e por meio do seu artigo 5º, também propôs uma parcial “liberdade religiosa”, com o intuito privilegiar as alianças com os representantes ingleses²². Seis anos mais tarde, o Código Criminal de 1830 reforçou a liberdade de crenças (ou de consciências) conferida antes pela Constituinte. Na seção intitulada *Ofensas da religião, moral e bons costumes*, o documento criminaliza ações e atos de abuso contra as religiões toleradas pelo Estado, nas entrelinhas o protestantismo. Além disso, o Código Criminal em seu artigo 277 penaliza com até seis meses

de prisão e multa quem "abusar ou zombar de qualquer culto estabelecido pelo Império, por meio de papéis impressos, litografados, gravados ou no uso de discursos conferidos em reuniões públicas, ou na ocasião e lugar em que o culto se prestar"²³.

Contudo, as relações entre o Brasil e países estrangeiros não se resumiram apenas aos aspectos diplomáticos e comerciais. Durante o século XIX destaca-se o início do processo imigratório, a vinda de imigrantes europeus nesta conjuntura esteve articulada a duas estratégias. Primeiro, a busca por uma nova mão-de-obra livre, com a proibição do tráfico de escravos em 1850, que, no futuro, pudesse substituir os africanos²⁴. Por outro lado, percebe-se que a presença de imigrantes estrangeiros no território brasileiro estava articulada às políticas raciais em ascensão, por meio da tentativa de branquear a população brasileira, como sinônimo de progresso²⁵.

Em meio aos grupos de imigrantes oriundos da Europa encontravam-se famílias da Alemanha e Suíça. Muitos desses indivíduos trouxeram suas práticas culturais e crenças religiosas e acabaram se estabelecendo em colônias nas regiões sul e sudeste. A vivência religiosa construída por essas comunidades contribuiu para o surgimento de uma categoria, denominada como Protestantismo de Imigração, recebendo esse nome pelo fato da religião está ligada a uma prática coletiva do grupo, um elo cultural com a função de preservar os elementos étnicos da comunidade e por não possuir pretensões proselitistas²⁶.

As atividades de propaganda protestante surgiram a partir da segunda metade dos oitocentos, com a atuação de missionários estrangeiros, relacionados às Sociedades Bíblicas Americanas e Britânicas. Entre eles se destacaram os metodistas, como o grupo pioneiro em iniciar um projeto missionário no Brasil em 1835, consolidando as suas atividades religiosas em 1867; em seguida os congregacionais (1855); os presbiterianos (1859) e os batistas (1871). Alguns desses grupos vieram ao Brasil em decorrência da Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861 a 1865), como, por exemplo, os colonos batistas oriundos da região sul dos Estados Unidos que se instalaram nas proximidades de Santa Bárbara d'Oeste, na província de São Paulo. A princípio, a comunidade não possuía um objetivo proselitista, iniciando os trabalhos missionários batista após 1882, com a fundação da Primeira Igreja Batista de Salvador²⁷.

Nas produções acadêmicas a inserção do Protestantismo no Brasil ocorreu por meio da atuação de missionários estrangeiros, tal projeto acabou recebendo o nome de Protestantismo de Missão. Entre as estratégias de difusão dos ideais protestantes, os missionários utilizaram-se da distribuição de panfletos, bíblias, da criação de escolas e da realização de cultos

domésticos. A organização desta comunidade para fins religiosos recebia o nome de congregação. Por onde passavam, os missionários protestantes chamavam a tanto atenção de curiosos entre as diferentes categorias sociais, como também de setores do clero católico, que começaram a se incomodar com a presença desses indivíduos nas pequenas cidades e nos grandes centros urbanos.

Ao longo das décadas de 1850 e 1880, os grupos acatólicos (termo que designavam as populações não adeptas ao catolicismo) procuraram estabelecer alianças com indivíduos influentes na esfera pública, buscando, desta forma, aliando os seus posicionamentos às ideias republicanas e ao abolicionismo. Defenderam o direito ao pleito eleitoral e a liberdade religiosa (ou liberdade de consciências). Visavam por meio dessas ações atender os seus interesses institucionais²⁸. Com a publicação do decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890²⁹, durante o período republicano, ocorre o rompimento do sistema do Padroado Régio, separando a Igreja Católica do Estado, também conferiu a garantia da liberdade de culto, resultando na organização de um campo religioso diversificado e marcado por conflitos e disputas pelo espaços simbólicos³⁰.

Nas décadas seguintes, os jornais registram os diálogos entre as lideranças protestantes e as autoridades civis para o cumprimento da legislação em prol de garantir a tolerância de crença, respaldados pelo Código Penal de 1890 e pela Constituição de 1891³¹. Nesse mesmo período, houveram as intensificações das disputas entre protestantes e católicos. Nas Cartas Pastorais, principal ferramenta utilizada pela hierarquia católica, constam-se discursos com a finalidade de “alertar” aos fiéis da “ameaça protestante”. E, nas páginas da imprensa católica, encontram-se relatos que tem o objetivo de desmoralizar as lideranças evangélicas diante dos leitores e as populações dos centros urbanos.

Em Alagoas e Pernambuco, registram-se a presença de grupos ingleses, desde a primeira metade do século XIX. No território alagoano, segundo Moacir Medeiros de Santana, se observa a vinda de ingleses a partir do porto de Jaraguá, na então vila de Maceió, com o objetivo de atuarem no comércio atacadista local³². Em Recife, observam-se vestígios da presença inglesa desde 1814, com a criação de um cemitério. As indicações da organização religiosa anglicana datam de 1838, com a criação da capela (a igreja dos ingleses, como era conhecida) localizada na antiga rua Aurora, onde hoje é o prédio do Cinema São Luiz, nas proximidades do bairro Boa Vista³³.

Em seu livro *História do Velho Jaraguá*, José Fernando de Maya Pedrosa afirma que no século XIX a freguesia de Maceió, na Província de Alagoas, também contava um pequeno

local de culto anglicano³⁴, porém não tão organizado como no caso pernambucano. O autor reproduz em sua obra a pintura de Carlos de Morney, *Planta da Povoação de Jaraguá (1841)*, em que se nota a existência na freguesia de Maceió, próxima às regiões do Centro e do bairro do Jaraguá, um cemitério inglês, destinado a população acatólica.

A imprensa traz outra indicação, na edição do *Labarum* de 29 de outubro de 1875, órgão associado a setores da maçonaria da Província alagoana, lê-se que o cemitério mencionado anteriormente estava localizado na rua Conselheiro Saraiva, antigo Aterro, que nos dias atuais passou a ser denominada como Avenida da Paz. Por meio de um artigo da mesma edição, um dos redatores do jornal exige das autoridades responsáveis o cumprimento da legislação imperial relacionada à tolerância religiosa:

Vimos, a poucos dias, passando pelo recinto murado que demora à rua do Saraiva desta cidade, antigo Aterro, em Jaraguá, e onde se sepultam as pessoas acatólicas, que a abertura para entrada, praticada num dos muros laterais fronteiros a rua, era obstruída por uns paus atravessados em forma de curral de bois, para guardarem duas ou três vacas que ali pastavam por cima das sepulturas ao nível do chão, que se achava entulhado de quantas imundícies e arbustos parasitas podem crescer em terreno que, nos disseram, estar de a muito servido de verdadeiro esterquilínio! (...) os estrangeiros que professam religião diferente da que, impoliticamente, nossa constituição nomeia como do Estado, isto é, a católica apostólica romana, e que aqui são sepultados quando falecem, são pela maior parte, ingleses e norte-americanos.³⁵

A menção da existência de um local destinado aos enterramentos de indivíduos não católicos e de “estrangeiros que professam religião diferente da católica”, como aponta o trecho do *Labarum*, e a referência da presença inglesa pela historiografia local, apontam a possibilidade de ter ocorrido uma organização religiosa protestantes de origem inglesa na freguesia de Maceió, em algum momento do século XIX, como bem afirmou Pedrosa. Contudo, falta um estudo mais aprofundado a fim de compreender os vestígios da presença do anglicanismo em Alagoas.

Relacionado à categoria do Protestantismo de Missão foi possível mapear algumas referências mais concretas. Nos periódicos verificam-se os relatos a respeito da organização de cultos protestantes, ao trazer informações sobre os horários e locais onde ocorreria as reuniões religiosas. Paralelamente, a flexibilidade legislativa proporcionada durante o período Imperial possibilitou o início das atividades propagandistas do protestantismo, a princípio com os trabalhos dos colportores ou mascates, indivíduos contratados pelas Sociedades Bíblicas Estrangeiras para distribuir e vender bíblias entre a população.

Estes distribuidores ambulantes também possuíam a função de observar as condições espirituais e a recepção da sociedade ao protestantismo, visando a realização de um possível

trabalho missionário. Daniel Parish Kidder e James Cooley Fletcher, são os principais personagens neste momento. Nos relatos de viagem dos reverendos Kidder e Fletcher podem-se encontrar as descrições de suas passagens em diversas localidades do território brasileiro, incluindo Alagoas e Pernambuco. E assim, prepararam o caminho para a chegada dos primeiros missionários estrangeiros anos mais tarde³⁶.

Conforme destaca João Marcos Leitão dos Santos, outros indivíduos também atuaram como colportores em Pernambuco durante a primeira metade do século XIX, entre eles: o vigário da Igreja Anglicana do Recife, o Reverendo Charles Adye Austin, o padre Antônio José de Souza, convertido ao protestantismo e considerado um dos primeiros agentes da Sociedade Bíblica Americana, em 1840, Robert Cornfield entre outros³⁷. Por outro lado, em Alagoas as primeiras menções encontradas de trabalho de colportores deram-se a partir dos breves comentários das memórias James Cooley Fletcher, a qual menciona o percurso do ministro protestante em Maceió e o seu encontro com um cidadão que afirma ter conhecido o reverendo Kidder durante a sua passagem pela província³⁸.

Outro indício encontrado foi uma pequena nota na edição do *Labarum* de 16 de novembro de 1874, mencionando a visita à Alagoas do reverendo John Boyle, pastor presbiteriano residente em Pernambuco³⁹. No mesmo ano encontram-se vestígios das primeiras atuações de outro pastor presbiteriano, John Rockwell Smith, a princípio em Maceió e mais tarde, na década de 1880, em Pão de Açúcar, o que reforça o argumento da ocorrência de um fluxo dos missionários protestantes entre as regiões de Alagoas e Pernambuco.

Em 1884, duas edições do periódico *O Orbe*, entre os dias 9 e 19 de novembro narram a vinda do pastor batista Antônio Teixeira de Albuquerque à Maceió. As notícias do periódico o descrevem como um “apóstata e herege”. O motivo para as acusações vinha do fato desse alagoano, natural da freguesia de Maceió, ser um ex-sacerdote católico e vigário da mesma freguesia, convertido ao protestantismo no ano de 1877, após participar secretamente das reuniões celebradas pelo reverendo Smith. Em 1878 foge para Pernambuco e se casa com Francisca de Jesus. O pastor Teixeira de Albuquerque é considerado um dos primeiros brasileiros a converter-se ao protestantismo e foi o ministro responsável pela fundação da primeira Igreja Batista de Maceió em 1885⁴⁰.

Durante as duas últimas décadas do século XIX observa-se as atividades de missões batistas nas duas regiões. Em 1886, em Alagoas foi fundada a Primeira Igreja Batista de Rio Largo. No mesmo ano ocorre em Pernambuco o batismo dos primeiros membros e a

organização da Primeira Igreja da mesma denominação, pelo missionário Charles D. Daniel. Ainda em 1887 foram inauguradas as Primeiras Igrejas Presbiterianas em Pão de Açúcar e Maceió, pelo reverendo Smith. No ano de 1891, juntou-se à missão batista pernambucana Salomão L. Ginsburg⁴¹, missionário de origem polonesa, ligado à Sociedade Bíblica Americana.

Por meio dos periódicos conseguiu-se notar um pouco da trajetória de Ginsburg. A sua primeira passagem pelo território alagoano ocorreu provavelmente no ano de 1897, em Maceió. Cinco anos depois, em 1902, ele iniciou seus trabalhos em Penedo e fundou a primeira Igreja Batista da cidade. Durante o primeiro decênio do século XX, Ginsburg auxiliou a fundação de diversas igrejas batistas ao longo dos territórios de Alagoas e Pernambuco, entre elas destacam-se: Garanhuns (1901), Jaboatão (1902); Palmares (1902), Penedo (1902), Pilar (1903), Atalaia (1907) e Limoeiro de Pernambuco (1908)⁴².

Os anos que transcorrem de 1860 e 1910 demarcam duas fases estratégicas para o protestantismo: a inserção e a sua consolidação. Após este período, inicia-se o processo de reorganização estrutural do protestantismo no Nordeste, marcado pela reordenação dos campos de missões e o surgimento de novas Convenções denominacionais, organizações religiosas criadas afim de coordenar e administrar os espaços regionais de atuação dos missionários protestantes. Nesse mesmo período pode-se observar jornais consultados a atmosfera de tensão entre católicos e missionários protestantes, por meio de debates retóricos e teológicos, como também fora deles, com relatos de agressões, apedrejamentos e da destruição dos materiais literários e panfletos usados como meios de propaganda protestantes.

Motins, polêmicas e a queima das bíblias protestantes: os ritos de violência e intolerância religiosa na imprensa de Alagoas e Pernambuco

Ao analisar os elementos que compõe os atos de violência religiosa o sociólogo Roger Brubaker destaca dois princípios, os quais ele denomina como *aspectos gerais* e *aspecto particulares*⁴³. Para os *aspectos gerais* Brubaker leva em consideração as relações estabelecidas entre a esfera religiosa e a esfera pública, associados a conflitos que possuem finalidades políticas, que, em algum momento, acabam adquirindo um viés religioso. Ao contrário dos *aspectos particulares*, que segundo o autor possuem uma lógica própria, fundamentada nos elementos intrínsecos ao campo religioso, como: a quebra de um monopólio de uma religião dominante e ascensão de outra crença minoritária, tensões embasadas em ideologias e identidades religiosas. Para Brubaker, esses princípios exercem

uma relação dialética e não podem ser analisados de modos separados, possuindo variações de acordo com os determinantes sociais e o contexto histórico em uma dada realidade⁴⁴.

Natalie Zemon Davis também buscou estabelecer uma relação entre violência e religião. Em sua obra *Culturas do povo: Sociedade e Cultura no início da França Moderna*, a autora investiga o cotidiano social e cultural de Lyon no século XVI, um ambiente marcado por intensos conflitos religiosos protagonizados pelos huguenotes, protestantes franceses, e católicos. O estudo de Davis é relevante pelo fato de apresentar a religião como um fenômeno que permeia as relações sociais em Lyon, tendo, assim, a compreensão do campo religioso como um espaço perpassado pelos conflitos sociais. Davis, ainda, procura explicar como os grupos religiosos de Lyon por meio dos levantes populares, procuravam defender as suas respectivas doutrinas religiosas⁴⁵. A autora, utiliza a noção de ritos de violência para definir os motins religiosos como uma prática organizada, em muitos casos, resultado de episódios sistemáticos de difamações, profanações e ataques direcionados a lideranças religiosas⁴⁶. Segundo Davis, os grupos envolvidos na prática dos ritos de violência acreditam que estão defendendo as suas crenças contra ameaças à ordem social⁴⁷.

As noções apresentadas por Brubaker e Davis auxiliaram a entender da violência religiosa como uma disputa de visões de mundos que perpassa diferentes esferas da sociedade. Durante a elaboração do mapeamento preliminar dos jornais da segunda metade do século XIX e início do XX, foram encontrados relatos esporádicos de perseguições a protestantes nos territórios de Pernambuco e Alagoas, casos de depredação e invasão de residências destinadas aos seus cultos, referência a realização de linchamentos e campanhas desmoralização desencadeadas por membros do clero católico nos órgãos de imprensa locais. O ponto de partida para a reflexão do problema proposto neste texto foi uma publicação do jornal pernambucano *A Província* de 24 de outubro de 1873, intitulada *A grande assuada*, ao qual narra a invasão de uma casa utilizada para cultos protestantes, localizada na antiga rua Augusta, atual avenida Dantas Barreto, durante a celebração de um casamento, como se verá no trecho a seguir:

Anteontem, das oito para as nove horas da noite, estando os sectários da religião chamada evangélica em sua nova casa na[?] Rua Augusta a celebrar as práticas do seu ritual, e parece as cerimônias de um casamento, surgiram de repente muitas pessoas, em número talvez superior a quinhentas, e entre insultos e ameaças obrigaram os que se achavam naquela casa, que não tem forma exterior de templo, a retirar-se precipitadamente e a procurar asilo e proteção na vizinhança, pois que eram perseguidos com furor, especialmente o pastor evangélico, que celebrava o casamento o qual escapou milagrosamente a sanha dos amotinadores. Como era natural, a polícia apareceu tarde e desempenhou o papel de mero espectador⁴⁸.

A consulta as produções literárias protestantes tornam-se, nesse caso, testemunhos relevantes para observação dos processos históricos, permitindo estabelecer uma comparação entre a notícia publicada no *A Província* e a memória do grupo religioso, afim de complementar as informações. É o caso, por exemplo, da obra de Salustiano Pereira César⁴⁹, na qual afirma que o templo protestante atacado correspondia à Primeira Igreja Evangélica de Pernambuco, dirigida pelo missionário escocês Robert Rei Kalley, sendo ele o ministro celebrante do matrimônio, no momento da invasão noticiada pelo Jornal *A Província*. Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araújo em seu estudo sobre o protestantismo em Pernambuco parafraseiam uma parte do diário do reverendo Kalley, fornecendo uma descrição do episódio:

Encheu-se a sala de povo, que se conduziu quietamente; mas, na rua, havia grande motim. Chamada a autoridade policial do distrito, entrou e, ignorando a lei de 17 de outubro de 1863, declarou que não havia direito algum de celebrar-se tais casamentos, pois dois membros da igreja nessa reunião foram casados. Entretanto, a autoridade nada fez para dispersar os amotinadores, e ao sair com minha mulher fomos seguidos por 500 ou 600 pessoas, assobiando, gritando, lançando poeira e jogando pedras e fomos obrigados a refugiarmo-nos em uma casa à rua do Caldeireiro, cuja rua ficou cheia de povo até quase meia-noite⁵⁰.

Os debates a respeito da regulamentação dos casamentos de não católicos já tomavam proporções intensas no campo político desde a década de 1850. A pressão teve como resultado a publicação dos decretos nº 1.144, de 11 de setembro de 1861 e o nº 3.069, de 17 de abril de 1863, que normatizaram as uniões matrimoniais entre a população acatólica, ou seja, protestantes, desde que fossem celebradas por um ministro religioso. O caso mencionado serve como um vestígio para analisar as representações nos jornais dos casos de violência religiosa à protestantes. Permitindo, inclusive, observar a continuidade das práticas de intolerância, como ocorreu dois anos depois, o *Jornal do Recife* de 9 de abril de 1875⁵¹ e a edição do *A Província* de 13 de abril do mesmo ano⁵², notificam uma série de outros apedrejamentos à residências usadas para cultos protestantes, o que passa a noção de reprodução da perseguição à grupos contrários ao catolicismo.

Um ponto interessante a ser destacado são as acusações feitas pelos redatores dos jornais ao sugerir que os ataques a templos protestantes eram causados por fiéis católicos, incentivados pelas autoridades eclesiásticas. Tal abordagem permite reconhecer, para essa época, as articulações estabelecidas entre o protestantismo, liberalismo e a maçonaria. Os liberais e maçons, em diferentes momentos do século XIX, tinham por meio dos jornais entrado em conflitos com representantes da Instituição Católica, compreendida como uma das

causas do suposto atraso social e cultural do Brasil. Em contrapartida, também nessa época é notório a atuação do clero católico entre os órgãos de imprensa. Esses aspectos apontam a possibilidade de compreender os jornais como um espaço utilizado pelas lideranças católicas para combater propaganda protestante e a difusão de ideológicas políticas e filosóficas contrárias à sua doutrina.

Em Alagoas, o *Jornal de Pilar* de 29 de junho de 1874, por meio da publicação *Apedrejadores*, assinada pelo sr. João Francisco Dias Cabral, relata que, no dia 18 do mesmo mês eclodiu na freguesia de Maceió um motim popular que teve como alvo o reverendo John Rockwell Smith, que entre os dias 14 e 18 de junho resolveu propagar sua doutrina na capital da província alagoana. Segundo Dias Cabral, ao chegar na freguesia, o reverendo Smith se aproximou do comerciante local Francisco de Moraes Sarmento. Durante o tempo em que esteve em Maceió, o Sr. Smith usou a residência desse cidadão para realizar cultos presbiterianos. Conforme narra o redator, as pregações realizadas pelo pastor Smith eram frequentadas por diversas pessoas, "umas a convite, outras por diversão".

Dias Cabral continua a descrição do episódio destacando que as palavras empregadas pelo missionário presbiteriano durante os seus sermões passavam uma rude impressão do pregador e que "seria certo que não houve quem se julgasse magoado de uma blasfêmia, nem se sentisse envergonhado de uma incivilidade". O fato é que, segundo as informações passadas pelo *Jornal de Pilar*, os respectivos sermões do ministro presbiteriano geraram um desconforto nos indivíduos presentes em suas reuniões. O principal motivo do incômodo eram as críticas do missionário protestante à ignorância da população brasileira e à Igreja Católica, a religião oficial do Império. Em dado momento, a pregação do pastor protestante provocou uma agitação entre os ouvintes, que passaram a insultar o evangelista, iniciando um motim, como aponta Dias Cabral:

No meio das vaias e alaridos quebraram, despedaçaram vidros e móveis e teriam vitimado os que confiavam em seu direito, se o interior da casa perseguida não oferecesse anteparo aos inermes.

Enquanto vencia a saturnal, corriam os bandos de rua em rua em busca do lugar em que se refugiasse o Sr. Smith,

Aqui atroavam bombas, ali vociferações; parecia revivida a inquisição com suas festas de quemadero(sic). No dia seguinte andavam de público os malfeitores, ostentando a selvaticueza(sic) da plebe e afirmando que o apedrejamento era efeito da soberania nacional, como se a liberdade da multidão fosse contrária ao direito individual. Como medida de segurança exigem-se cale o sr. Smith e fique sem reparação o desacato feito na pessoa do Sr. Sarmento.

Muito dói ver na seara de Deus o domínio do absoluto querer do homem, servindo da arma que fere e da mordaca que sufoca⁵³.

A crítica à ignorância da população e ao catolicismo era um elemento presente no discurso dos missionários protestantes estrangeiros. Contudo, a grande dificuldade verificada pelos ministros protestantes desta estratégia foi o pensamento católico enraizado na sociedade. O discurso eclesiástico católico tinha a capacidade de perpassar diferentes camadas sociais; exercer influência entre as esferas políticas, jurídicas, legislativas e criminais do Império. Pelas classes populares o discurso eclesiástico católico era assimilado como verdade absoluta que, ao ser contestada, levou a confrontos de visões de mundo.

Tem que se ressaltar que a segunda metade do século XIX além de marcar a inserção do Protestantismo de Missão no Brasil, também corresponde a um momento significativo para Igreja católica, pois coincide com a expansão do pensamento ultramontano, um projeto político-eclesiástico que teve como objetivo a centralização do clero católico entorno das diretrizes pontifícias, o que levou a ser denominado de forma pejorativa como “romanização”. No território brasileiro essa estratégia eclesiástica indicou o esforço do episcopado para aplicar uma reforma institucional na Igreja Católica. Destaca-se que, uma das estratégias adotadas pelo episcopado católico da época foi o combate a determinadas vertentes filosóficas e religiosas, concebidas pelo modelo ultramontano como erros e apostasias da modernidade, entendendo como moderno todas as séries de transformações no campo social, político, filosófico e religioso, a partir do século XVI, que passaram a questionar o poderio obtido pela Instituição Católica desde a Cristandade Medieval⁵⁴.

Desta forma os conflitos entre o pensamento católico e o protestante encontram-se relacionados aos choques entre uma visão de mundo conservadora e a outra ligada às noções de progresso e modernidade. As repercussões destes atritos de percepções da realidade são verificadas na reação da população à mensagem do reverendo Smith, permitindo um diálogo com Natalie Davis a respeito dos Ritos de Violência:

Mesmo no caso extremo de violência religiosa, as multidões não agem de maneira impensada. Elas possuem, em certa medida, uma concepção de que o que estão fazendo é legítimo, as ocasiões estão de algum modo relacionadas à defesa de sua causa e seu comportamento violento possui uma certa estrutura - aqui, ritual e dramática. Mas os ritos de violência não são, em nenhum sentido absoluto, um direito à violência. Eles apenas nos lembram que, se tentarmos ampliar a segurança e confiança no interior de uma comunidade, se tentarmos garantir que a violência ali gerada tomará formas menos destrutivas e cruéis, então devemos pensar menos a respeito de como pacificar os "desviantes" e mais como mudar os valores centrais⁵⁵.

O evento mencionado no *Jornal de Pilar* ganhou repercussão nos órgãos de imprensa protestante localizados em outras províncias do território brasileiro, entre eles o periódico *Imprensa Evangélica*, no Rio de Janeiro, então capital do Império. O jornal foi fundado pelo pastor presbiteriano Ashbel Green Simonton e distribuído entre os anos de 1864 e 1892, pela Tipografia Perseverança, de propriedade do sr. Antônio Maria Coelho da Rocha, foi considerado um dos principais veículos de propaganda e de notícias relacionadas às missões protestantes no Brasil. Na edição do dia 18 de julho, um mês após ao episódio ocorrido em Maceió envolvendo o pastor Smith, por meio da publicação *O motim popular policial em Maceió*, transcrição do texto escrito por Miguel Vieira Ferreira ao *Jornal Liberal* de Alagoas, reforça a informação da possível passividade do corpo policial da freguesia de Maceió durante a ocorrência do episódio. Para Ferreira a polícia teria atuado como cúmplices da multidão que atacou o missionário protestante. Segundo consta no texto, em sua qualidade de "sócio" da instituição católica o chefe de polícia de Maceió, o sr. Joaquim Guedes Correia Gondim, julgou oportuno “dar vivas a soberania do povo e visto que estava ali garantindo o mesmo”⁵⁶.

A concessão das autoridades policiais no linchamento atribui a prática tanto uma concepção política, pois passa a noção da colaboração indireta das autoridades públicas ao motim popular, como, também indica um ponto de vista religioso, relacionado a reação dos envolvidos, em sua maioria fiéis católicos, à mensagem do pastor protestante. Esta característica permite mais uma vez traçar uma aproximação com as ideias de Natalie Davis ao compreender o ato de violência direcionado ao reverendo Smith como “a defesa da verdadeira doutrina e a condenação da falsa”.⁵⁷

O jornal *A Província*, publicado em Recife, também menciona o caso do linchamento do reverendo John Smith, por meio da transcrição do periódico *A Reforma*, publicado no Rio de Janeiro e ligado ao Partido Liberal. Em seus argumentos, o texto faz referência a lei nº 1.157, de 26 de julho de 1862, que substituiu o sistema de pesos e medidas em vigor no Império pelo o sistema métrico decimal francês, regulamentada dez anos depois com a promulgação do decreto nº 5.089 de 18 de setembro de 1872. A mudança do sistema métrico, nesta época, foi considerada o pivô de uma revolta social de caráter popular conhecida como Quebra-Quilos, entre os anos de 1874 a 1875, envolvendo as províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas⁵⁸. Conforme afirma o texto a promulgação do decreto imperial acabou gerando descontentamento e ocasionou revoltas populares. Ele também faz a correlação entre o linchamento do Reverendo Smith e estes levantes sociais:

A representação falseada, sangue derramado em duas províncias, os direitos individuais desabrigados em toda a parte, a convivência da polícia nos insultos à casa dos cidadãos, como ultimamente aconteceu em Maceió, em que o chefe de polícia, atrás de efêmeros aplausos, capitaneava um grupo que apedrejava o Reverendo Smith na prédica permitida de suas crenças religiosas, tudo isso o povo tem suportado com paciência, mas esta exaure-se e ele defendem[?] as economias do seu trabalho, com os próprios esforços, se a energia dos legítimos representantes não despertar enfim, em desagravo de tantas tribulações.

Os impostos, lançados em Alagoas e Pernambuco, além de repelidos pela ciência, trazem ainda em seu seio o crime de violação constitucional, sancionado pelos agentes desta política interesseira e egoísta, que fazem da lei fundamental lança e escudo, segundo a urgência do momento⁵⁹.

Destaca-se, ainda, que tanto o linchamento do pastor protestante, como a revolta do Quebra-Quilos coincidiram com o contexto da Questão Religiosa (1872 a 1875), momento em que os bispos Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, de Pernambuco, e Dom Antônio de Macedo Costa, do Pará, movidos pelo espírito ultramontano presente no episcopado da época, resolveram aplicar as orientações da Carta encíclica *Quanta Cura* e do seu apêndice *Syllabus errorum*, ambos documentos assinados pelo papa Pio IX, em 1864 e que não receberam o aval (*placet*) do Imperador Dom Pedro II para serem publicados no Brasil, ocasionando um conflito entre os membros do episcopado brasileiro e a administração imperial, e, por fim, a prisão dos dois bispos⁶⁰.

Sem desconsiderar os fatores econômicos, porém, buscando distanciar-se um pouco dos argumentos apresentados pelo *A Reforma*, a agressão sofrida pelo pastor protestante, nesse caso, pode sugerir uma reação ao abalo das relações entre a Igreja e o Estado. É perceptível a existência de conflitos entre grupos católicos e protestantes em momentos anteriores, contudo, no contexto em questão, a repercussão da prisão das duas autoridades episcopais o princípio da perda do monopólio da Igreja Católica no campo religioso brasileiro, consumada com a publicação do decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, já durante o período republicano. Essa fissura aberta nas relações entre os poderes espirituais e temporais explicaria a intensificação das disputas entre os católicos e protestantes.

Ao observar as páginas dos jornais de Pernambuco e Alagoas percebe-se a continuidade de atos de agressão a protestantes e vandalismo aos seus locais de cultos. Os relatos de suas ocorrências nos revelam a extensão das transformações ocasionadas no cotidiano religioso em decorrência da conjuntura política e social. Esses conflitos passaram a ser denominados na imprensa como “crimes de intolerância religiosa”.

Outro elemento observado durante a leitura dos jornais foram as referências à prática de difamação das lideranças protestantes. Um caso específico observado encontra-se no

semanário católico *A Fé Christã*, publicado na cidade de Penedo, Alagoas, durante os anos de 1902 a 1907. Em sua descrição o jornal penedense declarava-se como um “periódico destinado a causa católica”, seu corpo editorial era composto por membros do clero e intelectuais católicos. Em várias edições do semanário percebe-se a publicação de textos com o intuito gerar descredito dos trabalhos protestantes diante dos seus leitores. Entre as estratégias adotadas pelos redatores do jornal há o uso da prática discursiva de associar a imagem dos protestantes como indivíduos maldosos, com o objetivo “perverso” de afastar os fiéis católicos da verdadeira religião⁶¹. Durante os anos de 1900 e 1910 verificam-se referências à cultos protestantes na capital e no interior do estado. A “interiorização” das missões protestantes, ou seja, a expansão das denominações batistas e presbiteriana para localidades rurais do estado pode ser um indicativo para o surgimento e o fortalecimento da campanha antiprotestante do *A Fé Christã*:

Acha-se nesta cidade, vindo no último vapor do Norte, o celebre Salomão, protestante que tem estes dias feito falação, chamando o povo incauto a ouvir a doutrina do irrequieto Lutero, que, como Judas, no momento de desespero, morreu enforcado.

Prevenimos ao povo católico que não assista à pregação do irreligioso Salomão, não ouça sua manhosa cantilena, não aceite os seus livros, folhetos e jornais ímpios.

Cuidado, povo católico.

Ouçamos somente a palavra dos Ministros da Religião Católica, que é a única, verdadeira, instituída por N. Senhor Jesus Cristo.

Todo o ensino que não está de acordo com a santa Madre Igreja, é falso, é um invento grosseiro.

Cuidado com o Salomão e outros embusteiros!

Estejamos sempre na presença de Jesus, Maria Santíssima e seus santos para que a palavra não nos atinja. Para que o porta-voz da mentira não tire proveito entre os nossos patrícios despercebidos.

Satanás é sagaz, sabe enganar, também acredita na existência de Deus; e os seus emissários pela mesma forma também, falem em Deus para iludir.

O próprio demônio tentou, pretende enganar o próprio Jesus Cristo, que o repeliu.

Cuidado com o Salomão⁶².

O trecho mencionado acima faz alusão da passagem do missionário Salomão Ginsburg por Alagoas. Como já indicado, Ginsburg foi um ministro protestante ligado a denominação batista. Em várias edições do *A Fé Christã*, entre os anos de 1902 e 1904, as páginas do periódico são utilizadas para criticar à presença de Ginsburg na cidade, ironizando as atividades desempenhadas pelo missionário em localidades alagoanas e pernambucanas. Iniciaram uma campanha de difamação a Ginsburg, por meio da republicação de artigos da coluna *Combates ao Protestantismo* do jornal *A Província*, em Recife. Tentavam a todo custo alertar aos seus leitores sobre os perigos e males do dito protestantismo de Salomão⁶³.

Para a história do catolicismo em Alagoas, a cidade de Penedo possui um peso significativo. Fundada no século XVII, correspondendo a uma das primeiras vilas que foram criadas na antiga comarca de Alagoas, no século XVIII, a freguesia possuía dez capelas filiais, um convento de frades franciscanos e um estabelecimento sob a direção da ordem beneditina⁶⁴. Dessa forma, percebe-se que a influência da história local, imbricada a intensa presença de atividades associadas à Igreja Católica contribuiu para a elaboração discursiva que articulava o catolicismo como um elemento “enraizado nas almas dos habitantes de Penedo”⁶⁵.

Contudo, essa tática de desqualificação da crença do outro não era algo apenas do catolicismo. O contrário também poderia ocorrer, como observado no caso da agressão ao pastor Smith em Maceió. Um ponto relevante a ser indicado é que as práticas de difamação parecem perpassar uma questão referente a leitura e interpretação da bíblia, em específico a sua circulação na imprensa, por meio da reprodução de textos com intuito de correlacionar vivência com à doutrina religiosa, a fim de convencer ao leitor sobre os seus argumentos. Ao mesmo tempo que revelam a instrumentalização dos órgãos de imprensa relacionado ao espaço de visibilidade que davam a esses debates, como uma estratégia para atrair a clientela.

Pode-se averiguar à práxis desses debates doutrinários na leitura das *Polêmicas Religiosas*, publicadas nos jornais e associadas ao problema da veracidade das bíblias protestantes, consideradas falsas pelos católicos. Esses textos trazem consigo a percepção dos conflitos entre os grupos religiosos dentro da noção de disputas de concepções sociais de mundos. Para os protestantes os textos bíblicos eram utilizados como parte argumentativa da sua denúncia contra o catolicismo. De modo que o clero para contrapor a propaganda protestante recorrem à publicação de opúsculos com temas religiosos como forma de defender a doutrina católica e justificar a classificação do protestantismo como seita. As *Polêmicas Religiosas* podem ser examinadas como parte do arcabouço apologético para ambas as crenças, servindo como uma ferramenta de contra-argumentação e refutação de pensamentos contrários.

As práticas de motins, vandalismos e a desmoralização trazem sugestões acerca das tensões esporádicas no campo religioso e à circulação de diversos discursos na sociedade. Contudo, estas ações não foram as únicas formas de agressão causada à protestantes. Há a violência simbólica, caracterizada de duas formas: (1) A utilização de estereótipos e designações pejorativas para classificar os protestantes, como por exemplo: *embusteiros*,

missas secas, filhos do diabo, filhos de Lutero e Calvino, capas verdes, pé de bodes e frei bodes entre outros adjetivos; e a (2) profanação e destruição dos símbolos do protestantismo, ou seja, os seus livros, panfletos e bíblias, principais ferramentas utilizadas para sua propaganda proselitista. Em muitas ocasiões a violência simbólica passaram a ser realizadas durante grandes solenidades públicas. Um caso bastante conhecido, por causa da visibilidade que ganhou nos órgãos de imprensa nacional da época, foi a realização da queima de bíblias protestantes pelos frades capuchinhos do Convento de Nossa Senhora da Penha, em Pernambuco⁶⁶.

Para entender o evento é necessário fazer um pequeno recuo até os anos finais da década de 1880, momento em que as discussões a respeito do fim da escravidão, a circulação das ideias republicanas e da liberdade de culto atingiram seu o ápice. Em paralelo a estes debates, tiveram início a organização de estratégias, legitimadas pelas autoridades eclesiásticas, com o intuito de barrar a expansão do protestantismo⁶⁷. A imprensa e o púlpito passaram se transformaram nas principais ferramentas de difusão do discurso antiprotestante. Após a instalação do regime republicano intensifica-se as tensões entre os grupos católicos e protestantes nas páginas dos jornais. No início do século XX o clima de hostilidade teve como consequência a fundação de uma Liga contra o Protestantismo em Pernambuco, liderada pelo o Frei capuchinho Celestino di Pedavoli (ou Padavoli).

O frei Pedavoli era um velho conhecido entre os missionários presbiterianos e congregacionais desde 1879, quando protagonizou um debate nos jornais pernambucanos com os reverendos Smith e Kalley, por meio da publicação de cartas nas quais, se passando por um neófito protestante, buscava desqualificar os missionários⁶⁸. Em 1895 esteve envolvido em debates religiosos com o Reverendo presbiteriano George Butler, por meio dos periódicos *Jornal de Recife* e o *Diário de Pernambuco*. Na primeira década do século XX protagonizou publicação de textos na coluna do *A Província* denominada de *Combates ao Protestantismo*, que foram replicados em outros periódicos pernambucanos e alagoanos. Organizou, também, a formação da Liga Contra o Protestantismo, em 1902. No ano seguinte, 1903, o choque doutrinário culminou com o ato da queima de bíblias e panfletos protestantes. Segundo Edson de Oliveira:

A cerimônia, realizada em praça pública perto do Mercado de São José e próximo a Igreja da Penha, em horário de grande movimento, resultou na queima de 214 exemplares da Bíblia, bem como numerosos panfletos protestantes. Esse primeiro foi com certeza o inspirador do segundo, ainda melhor documentado e que ocorreu em 27 de setembro do mesmo ano [1903], quando do segundo aniversário da fundação da Liga Antiprotestante e que até por isso abrangeria um maior número de

livros a serem destruídos. Um programa dos escritos que seriam queimados foi amplamente divulgado pela imprensa e incluía 26 exemplares do Velho Testamento e 42 do Novo, além de 45 evangelhos de São Mateus, 4 de São Marcos, 9 de São Lucas e 12 de São João, 9 dos livros de Atos dos Apóstolos e edições avulsas de livros e tratados⁶⁹.

Nos jornais do Rio de Janeiro, então capital da República, a notícia das ações dos capuchinhos em Pernambuco causou uma repercussão negativa, ultrapassando as páginas de jornais e levou o assunto ao Congresso Nacional. Por outro lado, na imprensa sob a influência da Igreja Católica, o ato encabeçado pelo Frade Celestino recebeu apoio e vários elogios, ao ponto que outras localidades passaram a reproduzir episódios semelhantes. Alagoas também teve o seu espetáculo da queima de bíblias, protagonizado durante o encerramento das Santas Missões, realizadas pelos freis capuchinhos Angélico e Gaudioso, em 1904, na cidade de Penedo, no interior do estado:

Como se achava designado, domingo, 31 de janeiro encerrou-se nesta cidade a Santa Missão piedosos e ilustrados Frei Angélico e Frei Gaudioso [...] Os atos de encerramento das missões constaram da missa campal, solene; queima de bíblias truncadas e falsificadas, e bem assim muitos livros heréticos e gazetas ímpias propagadoras do erro e da heresia em oposição à doutrina de Nosso Senhor Jesus Cristo,

Esse ato efetuou-se na praça pública com o aplauso de grande população assistente que batia palmas e dava repetidos vivas à Religião Católica Apostólica Romana⁷⁰.

Após a finalização das Santas Missões em Alagoas os dois frades capuchinhos se dirigiram ao estado de Pernambuco. Assim como a sua versão pernambucana, a queima das bíblias protestantes em Penedo logo atingiu notoriedade; principalmente entre os órgãos de imprensa evangélica da época. Entre eles, *O Puritano*, publicado na cidade do Rio de Janeiro, e ligado à Igreja Presbiteriana, na edição de 3 de março daquele ano, notificou o acontecimento por meio da republicação de um artigo do *Jornal de Debate*, da cidade de Maceió. O texto criticava o evento ocorrido em Penedo e destacava que o episódio foi resultado do fanatismo de dois frades capuchinhos, por ordem superior e "com o consenso das autoridades civis e militares daquela cidade"⁷¹. Os redatores classificam o acontecimento como um ato selvagem e fazem relação entre a solenidade realizadas de Recife e Penedo aos autos de fé e fogueiras da inquisição. O texto traz mais informações que apontam a sequência de práticas agressivas, por meio de ações organizadas por populares, não só a protestantes, mas também a maçons residentes na cidade, como uma continuação dos rituais realizados pelos frades capuchinhos:

Regressando de Piaçabuçu os frades, acompanhados por mais de 400 pessoas, penetraram na cidade aos vivas ao senador Euclides Malta e a Nossa Senhora do Rosário.

Populares destruíram o templo protestante; emporcalharam de excremento a residência do pastor, apedrejaram o cidadão Gorjal, protestante; vaiaram maçons, conceituados cidadãos João da Hora e Manoel Cypriano, forçaram o sr. Manoel de Sant'Anna a fugir, no dia 7 do corrente!

E não satisfeitos prometeram empastelar as oficinas tipográficas do sr. Carvalho Filho, onde se imprime a *Luz* e pretendem destruir o templo maçônico da loja Luz de São Francisco.

E diante de tamanhas cenas de selvageria o senador Malta conservou-se impassível e a polícia assistiu a tudo indiferente, bestializada!!!⁷²

A reprodução ritual constituiria uma forma de perpetuação da violência religiosa. O trecho retirado do *O Puritano* sugere que tanto aos espectadores da cerimônia, como aos seus anfitriões, as agressões físicas e simbólicas eram realizadas de forma consciente e organizada. A continuidade do uso da violência simbólica, como indica na passagem do jornal protestante, articula-se a necessidade de conferir legitimidade aos discursos e práticas antiprotestantes. Segundo Davis, os ritos de violência podem ser considerados tanto como a “condenação de uma prática religiosa minoritária à religião predominante, fazendo acusações de erros morais, dogmáticos. E também podia ser a condenação de uma religião hegemônica para uma expressão de crença minoritária, acusando-a de heresia e profanação”.⁷³ A autora também destaca, que esses atos organizados de violência encontra-se associados à crença da necessidade de purificação de uma comunidade, sob a influência de alguma poluição externa, perturbadora da ordem social, que precisava ser combatida e expurgada⁷⁴.

Considerações finais

As reflexões apresentadas ao longo dessas páginas procuraram sistematizar o processo de inserção do protestantismo no território brasileiro, em Alagoas e Pernambuco e auxiliar na elaboração de hipóteses preliminares a serem averiguadas durante a continuidade desse estudo. Em relação às fontes, notam-se que nos jornais consultados constam informações relevantes a serem aprofundadas em futuros estudos. Por meio deles, observa-se a dinâmica do campo religioso e a presença das religiões protestantes no território pernambucano e alagoano; mapeando os seus principais agentes e as localidades em que atuaram. Uma outra finalidade dos periódicos é a sua capacidade de permitir a verificação da circulação e a assimilação de determinados discursos na sociedade, tais como: antiprotestantismo, o anticlericalismo, a modernidade e o progresso, debates de pautas políticas e doutrinárias.

Como forma de enriquecer a discussão espera-se confrontar as informações dos jornais com outras documentações, entre elas: Cartas pastorais do episcopado brasileiro, os anais dos senadores do Império do Brasil e fontes de origem protestantes, que permitirão compreender o impacto na sociedade de determinadas pautas que beneficiariam as comunidades acatólicas (a questão liberdade de religiosa, registro de casamento civil e os direitos políticos). Possibilitando averiguar as relações entre os grupos protestantes, classes políticas e personalidades da esfera pública.

A hipótese preliminar a ser verificada durante a pesquisa, sustenta-se na ideia que as perseguições aos grupos protestantes, além de práticas estruturadas, são um sintoma da quebra do monopólio religioso da Igreja Católica. Dessa forma, sua ação buscava a manutenção da legitimidade e da hegemonia do catolicismo no cotidiano social e, como repercussão, causou o surgimento de conflitos de visão de mundo, representadas nas disputas de crenças, doutrinas e identidades religiosas.

Notas

¹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: EDUNICAMP, 1990, p. 109.

² Álvaro Queiroz fez um breve levantamento das principais publicações do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), que abordaram estudos sobre aspectos da Igreja Católica. Cf. QUEIROZ, Álvaro. Considerações sobre a Historiografia Eclesiástica nas Alagoas. In: *Questionis Documenta*: Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, Maceió, Ano I, nº 1, pp. 6-20, 2016.

³ PRADO, Evilásio Rodrigues. *Conquistando Alagoas para Cristo*: breve história dos Batistas de Alagoas. Maceió: E.R. Prado, 2008.

⁴ MEIN, John. *A causa batista em Alagoas (1885-1926)*. Recife: Tipografia do Colégio Americano Batista, 1929.

⁵ CRABTREE, A. R. *História dos Batistas no Brasil: até 1906*. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1962; MESQUITA, Antônio N. de. *História dos Batistas no Brasil. vol. 2: de 1907 até 1935*. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1962.

⁶ LESSA, Vicente Themudo. *Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo (1863-1903)*: Subsídios para a história do presbiterianismo brasileiro. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

⁷ QUEIROZ, Álvaro. *Notas sobre a História da Igreja nas Alagoas*. Maceió: Edufal, 2015, pp. 147-158.

⁸ LÉONARD, Émile-Guillaume. *O protestantismo brasileiro*: estudo de eclesiologia e de história social. 2ª ed. - Rio de Janeiro e São Paulo, JUERP/ASTE, 1981.

⁹ MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir*: a inserção do Protestantismo no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1984.

¹⁰ GOMES, César Leandro Santos. *Por mercê de Deus e da Santa Sé*: as representações do projeto de reestruturação católica no bispado de Dom Antônio Manoel Castilho Brandão, Alagoas (1901-1910). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. Pesquisa realizada por meio do auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) em convênio com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e contou com a orientação do professor Dr. Pedro Lima Vasconcellos.

¹¹ A partir da teoria bourdiana entende-se o Campo Religioso como um espaço marcado por conflitos hegemônicos pelo capital simbólico social. Cf. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 179.

- ¹² CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na História do Brasil*. São Paulo Contexto/EDUSP, 1988, pp. 20-21.
- ¹³ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. 2ª ed. - São Paulo: Contexto, 2012, p. 7.
- ¹⁴ BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 38.
- ¹⁵ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 64.
- ¹⁶ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008, pp. 9-10.
- ¹⁷ DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: Sociedade e Cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 130.
- ¹⁸ BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.106.
- ¹⁹ MENDONÇA, op. cit., p. 18.
- ²⁰ BRASIL. Decreto de 28 de janeiro de 1808. Abre os portos do Brasil ao comércio direto estrangeiro com exceção dos gêneros estancados. In: *Coleção de Leis do Brasil*, vol. 1, Salvador, 1808, p. 1. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2019, às 15h:30min.
- ²¹ SILVA, Elizete da. *Cidadãos de outra pátria: anglicanos e batistas na Bahia*. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 34.
- ²² BRASIL. *Constituição política do Império do Brasil (1824)*. Rio de Janeiro, 1824. Título I, art. 5. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acessado em 01 de maio de 2019, às 01H:00min.
- ²³ BRASIL. *Código Criminal do Império do Brasil (1830)*. Recife: Tipografia Universal, 1858, art. 277, p. 103. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221763>>. Acessado em: 14 de maio de 1919, às 17H:40min.
- ²⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de.; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil, vol. 2: Império - a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 294.
- ²⁵ SCHWARZ, Lila Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia das Letras, 2015, p. 354.
- ²⁶ FEITOSA, Pedro Barbosa de Souza. “*Que venha o teu reino*”: estratégias missionárias para a inserção do protestantismo na sociedade monárquica (1851-1874). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2012, p. 22.
- ²⁷ SILVA, op. cit., pp. 53-54.
- ²⁸ FEITOSA, op. cit., p. 28.
- ²⁹ BRASIL. Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890. *Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias*. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm> Acessado em 14 de maio de 1919.
- ³⁰ BOURDIEU. op. cit., p. 179.
- ³¹ BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. *Promulga o Código Penal*. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm. Acessado em 14 de maio de 1919; BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891)*. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm> Acessado em 14 de maio de 1919.
- ³² SANTANA, Moacir Medeiros de. *Contribuição à história do açúcar em Alagoas*. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool/Museu do Açúcar, 1970, p. 34, p. 114.
- ³³ COSTA, Rafael Vilaça Epifani. Da sede vacante à Diocese vazia: o projeto de construção da Diocese Anglicana do Recife e o início da crise no Anglicanismo brasileiro. In: *Anais do 30º Congresso Internacional da SOTER: Religião em Reforma, 500 anos depois*, Belo Horizonte, 10 a 13 de julho de 2017. p. 980-988.
- ³⁴ PEDROSA, José Fernando Maya. *História do velho Jaraguá*. Maceió: EDUFAL, 1998, p. 38.
- ³⁵ CEMITÉRIO protestante nesta cidade. *Labarum*, Maceió, ano II, nº 15, 29 de outubro de 1875, pp. 2-3.
- ³⁶ KIDDER, D. P.; FLETCHER, J.C. *O Brasil e os Brasileiros: esboço histórico e descritivo*. 2º vol. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia editora Nacional, 1941; KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil*: Rio de Janeiro e Província de São Paulo. São Paulo: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

- ³⁷ SANTOS, João Marcos Leite. *A ordem social em crise: A inserção do protestantismo em Pernambuco, 1860-1981*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p.18.
- ³⁸ KIDDER; FLETCHER, op. cit., p. 243.
- ³⁹ O RVM. John Boyle. *Labarum*, Maceió, ano I, nº 10, 16 de novembro de 1874. Noticiários, p. 2
- ⁴⁰ QUEIROZ, op. cit., p. 152.
- ⁴¹ Salomon Louis Ginsburg foi o autor do *Cantor Cristão*, o hinário usado pelos batistas até os dias de hoje. Cf. OLIVEIRA, Edson Douglas. *Um judeu batista no Brasil: relações entre Protestantismo, Estado e Sociedade no período da Velha República com base na narrativa do missionário batista Salomão Ginsburg*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2017, p. 14.
- ⁴² LÉONARD, op. cit., pp. 91-92.
- ⁴³ BRUBAKER, Rogers. Religious dimensions political of conflict and violence. In: *Sociological Theory*, Madison, vol. 33, 2015, p. 1.
- ⁴⁴ Ibid., p. 2.
- ⁴⁵ DAVIS, Natalie Zemon. op. cit., p. 132.
- ⁴⁶ Ibid., p. 142.
- ⁴⁷ Ibid., pp. 155-156.
- ⁴⁸ GRANDE assuada. *A Província*, Recife, ano II, nº 129, 24 de outubro de 1873. Crônica, p. 2.
- ⁴⁹ CÉSAR, Salustiano Pereira. *O congregacionalismo no Brasil: fatos e feitos históricos*. Rio de Janeiro: OMEB, 1983, p. 57.
- ⁵⁰ KALLEY, Robert Reid. apud ARAÚJO, Vicente Ferrer de Barros Wanderley. *Seitas protestantes em Pernambuco*. 2ª ed. Pernambuco: Tipografia do Jornal do Recife, 1906, p. 46.
- ⁵¹ FREGUESIA de São José. *Jornal de Recife*, Recife, ano XVII, nº 80, 9 de abril de 187. Ao público, p. 2.
- ⁵² FATO Vergonhoso. *A Província*, Recife, ano IV, nº 557, 13 de abril de 1875. Crônica, p. 2.
- ⁵³ CABRAL, J. F. Dias. Os apedrejadores. *Jornal de Pilar*, Pilar, ano II, nº 30, 29 de junho de 1874. Transcrição, pp. 2-3.
- ⁵⁴ MANOEL, Ivan Aparecido. *O pêndulo da História: tempo e eternidade no pensamento Católico (1800-1960)*. Maringá: EDUEM, 2004, p. 45.
- ⁵⁵ DAVIS, op. cit., p. 156.
- ⁵⁶ FERREIRA, Miguel Vieira. O motim popular policial em Maceió. *A Imprensa Evangélica*, Rio de Janeiro, ano X, nº 14, 18 de julho de 1874. Noticiário, p.8.
- ⁵⁷ DAVIS, op. cit., p. 132.
- ⁵⁸ SOUTO MAIOR, Armando. *Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do Império*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa, 1978.
- ⁵⁹ O DESVÁRIO do imposto. *A Província*, Recife, ano II, nº 366, 12 de agosto de 1874. Transcrições, p.2.
- ⁶⁰ Para melhor entender a Questão Religiosa conferir: VIEIRA, David. Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: EDUNB, 1980.
- ⁶¹ CORROMPIDOS. *A Fé Christã*, Penedo, ano I, nº 18, 10 de maio de 1902. Notícias, p.3 e a edição: MASSIVA de Maceió. *A Fé Christã*, Penedo, ano II, nº 6, 14 de fevereiro de 1903. p. 3.
- ⁶² FORASTEIROS. *A Fé Christã*, Penedo, ano IV, nº 4, 9 de fevereiro de 1907. Notícias, p.3.
- ⁶³ PROTESTANTES evangelistas. *A Fé Christã*, Penedo, ano II, nº 6, 14 de fevereiro de 1903., p. 1.
- ⁶⁴ COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato (Orgs.). *Indicador Geral do Estado de Alagoas*. Maceió: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2016, p. 48; QUEIROZ, Álvaro. *Notas sobre a História da Igreja nas Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2015, pp. 90-91.
- ⁶⁵ A FÉ cristã (I). *A Fé Christã*, Penedo, Ano I, nº 2, 18 de janeiro de 1902, p. 2.
- ⁶⁶ OLIVEIRA, op. cit., p. 119.
- ⁶⁷ SANTOS, João Marcos Leitão. A institucionalidade do poder que se discute: A organização da Liga Antiprotestante (1888). In: *Anais do XIII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões*, 29 de maio 01 de junho de 2012, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. pp. 47-61.
- ⁶⁸ SANTOS, op. cit., pp. 169-170.
- ⁶⁹ OLIVEIRA, op. cit., pp. 118-119.
- ⁷⁰ AS SANTAS Missões. *A Fé Christã*, Penedo, ano III, nº 4, 6 de fevereiro de 1904. Notícias, p.3.
- ⁷¹ SANTAS Missões. *O Puritano*, Rio de Janeiro, ano V, nº 234, 3 de março de 1904. p.2.
- ⁷² Idem, op. cit.
- ⁷³ DAVIS, op. cit., p. 134.
- ⁷⁴ Idem, op. cit.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil, vol. 2: Império - a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

ARAÚJO, Vicente Ferrer de Barros Wanderley. *Seitas protestantes em Pernambuco*. 2ª ed. - Pernambuco: Tipografia do Jornal do Recife, 1906.

AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Paulinas, 1992.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre: EDUSP/Zouk, 2007.

BRUBAKER, Rogers. Religious dimensions political of conflict and violence. In: *Sociological Theory*, Madison, vol. 33, 2015.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na História do Brasil*. São Paulo Contexto/EDUSP, 1988.

CÉSAR, Salustiano Pereira. *O congregacionalismo no Brasil: fatos e feitos históricos*. Rio de Janeiro: OMEB, 1983.

COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato (Orgs.). *Indicador Geral do Estado de Alagoas*. Maceió: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2016.

COSTA, Rafael Vilaça Epifani. Da sede vacante à Diocese vazia: o projeto de construção da Diocese Anglicana do Recife e o início da crise no Anglicanismo brasileiro. In: *Anais do 30º Congresso Internacional da SOTER: Religião em Reforma, 500 anos depois*, Belo Horizonte - MG, 10 a 13 de julho de 2017. p. 980-988.

CRABTREE, A. R. *História dos Batistas no Brasil: até 1906*. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1962.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: Sociedade e Cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. 1ª ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, César Leandro Santos. *Por mercê de Deus e da Santa Sé: as representações do projeto de reestruturação católica no bispado de Dom Antônio Manoel Castilho Brandão, Alagoas (1901-1910)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

FEITOSA, Pedro Barbosa de Souza. “*Que venha o teu reino*”: estratégias missionárias para a inserção do protestantismo na sociedade monárquica (1851-1874). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: EDUNICAMP, 1990.

LÉONARD, Émile-Guillaume. *O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e de história social*. 2ª ed. - Rio de Janeiro e São Paulo, JUERP/ASTE, 1981.

LESSA, Vicente Themudo. *Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo (1863-1903): Subsídios para a história do presbiterianismo brasileiro*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

MANOEL, Ivan Aparecido. *O pêndulo da História: tempo e eternidade no pensamento Católico (1800-1960)*. Maringá: EDUEM, 2004.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. 2ª ed. - São Paulo: Contexto, 2012.

MEIN, John. *A causa batista em Alagoas (1885-1926)*. Recife: Tipografia do Colégio Americano Batista, 1929.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984.

MESQUITA, Antonio N. de. *História dos batistas no Brasil. vol 2: de 1907 até 1935*. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1962.

OLIVEIRA, Edson Douglas. *Um judeu batista no Brasil: relações entre Protestantismo, Estado e Sociedade no período da Velha República com base na narrativa do missionário*

batista Salomão Ginsburg. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2017.

PRADO, Evilásio Rodrigues. *Conquistando Alagoas para Cristo: breve história dos Batistas de Alagoas*. Maceió: E.R. Prado, 2008.

PEDROSA, José Fernando Maya. *História do velho Jaraguá*. Maceió: EDUFAL, 1998.

QUEIROZ, Álvaro. *Notas sobre a História da Igreja nas Alagoas*. Maceió: Edufal, 2015.

QUEIROZ, Álvaro. Considerações sobre a Historiografia Eclesiástica nas Alagoas. In: *Revista Quæstionis Documenta: Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió*, Ano I, Nº 1, pp. 6-20, 2016.

SANTANA, Moacir Medeiros de. *Contribuição à história do açúcar em Alagoas*. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool/Museu do Açúcar, 1970.

SANTOS, João Marcos Leite. *A ordem social em crise: A inserção do protestantismo em Pernambuco, 1860-1981*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, João Marcos Leitão. A institucionalidade do poder que se discute: A organização da Liga Antiprotestante (1888). In: *Anais do XIII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões*, 29 de maio 01 de junho de 2012, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. pp. 47-61.

SCHWARZ, Lila Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

SILVA, Elizete da. *Cidadãos de outra pátria: anglicanos e batistas na Bahia*. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SOUTO MAIOR, Armando. *Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do Império*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa, 1978.

VIEIRA, David. Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: EDUNB, 1980.